

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

A seção de Política e Opinião Pública de março trata das recentes mudanças ministeriais e do papel dos militares no Planalto. Também aborda o conflito aberto entre Executivo e Legislativo, em especial o discurso bolsonarista antidemocrático que norteia as manifestações convocadas para o dia 15.



Mudanças ministeriais e o aumento de militares no Planalto

Desde o início do ano, mudanças na Esplanada dos Ministérios foram realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Com as alterações, os militares ganharam ainda mais espaço dentro do governo, principalmente nos cargos de articulação política, e ministros civis caíram.

Onyx Lorenzoni (DEM-RS), um dos principais aliados de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018, foi realocado da Casa Civil da Presidência para o ministério da Cidadania. Este ministério, responsável por programas como o Bolsa Família, estava sob o comando, até então, de Osmar Terra (MDB-PR), que também foi ministro durante a presidência de Michel Temer. A Casa Civil, um dos principais cargos da República, foi paulatinamente desidratada no último ano, perdendo funções para outros ministérios que estavam sob comando de militares, como a Secretaria-Geral da Presidência. Uma das mudanças mais marcantes foi a retirada da Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), responsável pela assessoria jurídica da Presidência, pela análise de decretos e propostas como um todo.

Para a vaga de Onyx, Bolsonaro nomeou o general da ativa Walter Souza Braga Netto, que comandou em 2018 a intervenção federal no Rio de Janeiro. Será a primeira vez em 35 anos que um militar comandará a Casa Civil da Presidência da República: o último havia sido o general Golbery do Couto e Sil-

va, chefe da Casa Civil durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985), último presidente do regime militar.

No começo de fevereiro, o governo já havia feito uma alteração na Esplanada: Gustavo Canuto deixou de ser ministro do Desenvolvimento Regional e assumiu o Dataprev. Para seu lugar, foi nomeado Rogério Marinho (PSDB-RN), responsável por relatar a Reforma Trabalhista durante o governo Temer. Marinho ocupava até então a Secretaria da Previdência, no Ministério da Economia.

Duas alterações significativas também aconteceram na estrutura interna de ministérios. O presidente nomeou o almirante Flávio Augusto Viana Rocha para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que agora ficará na estrutura direta da Presidência da República. Já o Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão criado em 1995 e que estava na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, foi transferido para a vice-presidência da República, e será comandado pelo vice-presidente Hamilton Mourão. Houve também enfraquecimento da ala ligada ao autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. Um dos principais representantes do “olavismo” no Planalto viu suas principais atribuições serem deslocadas para um militar: diversas funções foram deslocadas da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, chefiada por Filipe Martins, e ficarão a cargo da Secretaria de As-

suntos Estratégicos, que, como citado, ficará agora sob comando militar e vinculada diretamente à Presidência (antes estava na Secretaria-Geral).

O saldo dessas mudanças é a força cada vez maior dos militares dentro do governo. Além da Casa Civil, comandam o Gabinete de Segurança Institucional, a Secretaria-Geral da Presidência e a Secretaria de Governo, tendo como titulares, respectivamente, o general da reserva Augusto Heleno, o capitão reformado da PM Jorge Antônio de Oliveira e o general da ativa Luiz Eduardo Ramos.

Com isso, todos os ministérios considerados “palacianos”, por terem atuação intrínseca à da Presidência da República, ou seja, no Palácio do Planalto, estão sob a tutela militar. São cargos de articulação política, de inteligência e de formulação estratégica. Civis com trânsito no Parlamento perderam espaço ou até sua função, como é o caso de Osmar Terra, que saiu do governo para reassumir seu mandato de deputado federal. A grande incógnita é o que isso representará do ponto de vista da articulação do governo com o Congresso Nacional e com a sociedade. Em um momento no qual crescem as tensões com o parlamento, com a imprensa, e o presidente convoca pessoas às ruas para pressionar parlamentares, o papel da caserna dentro do Planalto ganha cada vez mais importância e peso nos rumos do país.

Conflito entre Executivo e Legislativo

Bolsonaro voltou a ameaçar as instituições democráticas, desqualificando o Congresso, ao rejeitar o orçamento impositivo. A origem da disputa é um veto presidencial à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso no ano passado, que torna obrigatório o pagamento de cerca de 30 bilhões de reais em emendas aos parlamentares, tornando-os responsáveis pela gestão de quase metade dos 80 bilhões do orçamento do governo para 2020. Isso pressionaria o governo a gastar mais que o previsto ou a negociar com os parlamentares com o que gastar, o que tornaria seu governo, já pouco assertivo, ainda mais refém do Congresso.

No último dia 18 de fevereiro, o general Augusto Heleno, ministro do GSI (Gabinete de Segurança

Institucional), afirmou que considerava inadmissível a pressão do Congresso por derrubar os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao orçamento impositivo. Em fala capturada durante uma cerimônia no Palácio do Planalto, Heleno disse que “Não podemos aceitar esses caras chantageando a gente” e que o governo “não pode ficar acuado” diante das pressões do Congresso.

A fala do general Heleno gerou ainda mais tensão na já desgastada relação entre Executivo e Legislativo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rebateu dizendo ser “Uma pena que um ministro com tantos títulos tenha se transformado num radical ideológico”. Segundo Maia, Heleno não reclamou “quando o Congresso estava votando o aumento do salário dele como militar da reserva” e questionou se Heleno achava que o Parlamento havia sido chantageado para votar o projeto de lei das Forças Armadas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também retrucou a fala do general Heleno dizendo que “nenhum ataque à democracia será tolerado pelo Parlamento” e que o momento pede a “defesa da democracia, independência e harmonia dos poderes para trabalhar pelo país”. Alcolumbre falou em convocar o general Heleno para explicar suas declarações sobre o comportamento do Legislativo.

Em resposta, o general Augusto Heleno lamentou o vazamento de sua fala e disse que essa opinião era de sua inteira responsabilidade, e que não havia sido discutida anteriormente nem com Bolsonaro, nem com o Ministro Paulo Guedes. Ressaltou que, a seu ver, a rejeição aos vetos do presidente ao orçamento impositivo enfraquece o sistema presidencialista e que se o Congresso deseja um parlamentarismo, haveria que se mudar a Constituição.

A fala de Heleno incomodou a maior parte dos militares integrantes do governo e da cúpula do Exército. A avaliação é que o discurso de que o Congresso é um entrave ao avanço do governo acaba expondo os militares e impondo desgaste desnecessário.

Motivado pela disputa pelo orçamento impositivo, Bolsonaro foi além e travou uma guerra contra o Congresso durante o Carnaval, ao usar seu whatsapp pessoal para enviar mensagens e vídeos convocando seus apoiadores a saírem às ruas no próximo dia 15 de março, em defesa de seu governo e contra o

Congresso Nacional. O posicionamento e apoio de Bolsonaro às manifestações de teor antidemocrático do próximo dia 15 de março gerou nova onda de descontentamento de congressistas, partidos políticos e chefes dos outros Poderes.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, criticou severamente Bolsonaro, dizendo que, se confirmada, a publicação revela “face sombria de um presidente da República que desconhece o valor da ordem constitucional... e demonstra uma visão indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce”. Mencionou crime de responsabilidade, cuja pena pode ser a perda de cargo, ao dizer que embora o presidente “possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Constituição e das leis da República.”

Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, um dos responsáveis pelo pedido de impeachment da ex-presidenta Dilma, a convocação de Bolsonaro a manifestações contra o Congresso fere o decoro presidencial e permite abertura de um processo de impeachment contra ele.

Perante as duras críticas, Bolsonaro respondeu atacando a jornalista Vera Magalhães, responsável pela publicação dos vídeos convocando a população a ir às ruas se manifestar contra o Congresso e o STF, acusando-a de veicular informações falsas e sem checagem para prejudicar seu governo, afirmando que as convocações eram para manifestações de março de 2015. A jornalista desmentiu o presidente, alegando que os vídeos traziam imagens da fachada que Bolsonaro recebeu durante a campanha presidencial de 2018.

Bolsonaro se esquece de que, ao assumir a cadeira presidencial, responsabilizou-se em zelar pela Constituição e as instituições que fazem parte do sistema democrático, atentando para a harmonia e independência dos três poderes para o bom funcionamento da República. Tendo sido parlamentar durante mais de trinta anos deveria respeitar o Congresso e evitar a instabilidade política.

Se esquece também, que em 2016, quando o deputado Eduardo Cunha, que comandou o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff e atual-

mente está preso por corrupção, era o presidente da Câmara, Bolsonaro defendia as emendas parlamentares e apoiava o orçamento impositivo.

Em meados do ano passado, o governo também apoiou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tornou obrigatório o pagamento das emendas de bancada – somando mais de 15 bilhões de reais, para evitar possível derrota. Até então, o pagamento das emendas não era obrigatório e frequentemente não saía dos cofres públicos.

Na segunda feira, 2 de março, Jair Bolsonaro recebeu o presidente do Senado, David Alcolumbre. Na reunião, Alcolumbre manifestou o descontentamento do Congresso com as falas do general Helelino e outros integrantes do governo contra o Congresso, bem como o apoio a manifestações contra a Câmara e o Senado.

A discussão sobre a votação do veto presidencial ao orçamento impositivo foi tratada na noite de 2 de março, em reunião com a participação dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), além do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) e o relator do orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE). Na manhã do dia 3, Jair Bolsonaro publicou despacho no Diário Oficial da União (DOU), que suspende por tempo indeterminado os poderes do ministro Paulo Guedes de abrir créditos orçamentários e remanejar gastos entre as áreas do Orçamento de 2020.

O governo federal deveria encaminhar, na tarde de 3 de março, novo texto atendendo ao acordo para a votação dos vetos que dispõe sobre a Lei Orçamentária de 2020, reduzindo de 30 para 15 bilhões a verba para as emendas parlamentares do Orçamento, mas mantendo a obrigação do pagamento destas. O texto também deve retirar do relator do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), a prioridade de decisão do destino dessa verba, garantindo ao Executivo o controle da ordem de prioridade na transferência dos recursos.

A sessão para votação dos vetos presidenciais havia sido agendada para as 14h do dia 3 de março, mas o novo texto só chegou às 17h. Após reunião com lideranças do Senado e da Câmara, o presidente do Senado, David Alcolumbre, decidiu adiar a votação

do veto 52 de Jair Bolsonaro. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* “nem senadores nem deputados quiseram dar um “cheque em branco” ao presidente Jair Bolsonaro” e pediram um tempo maior para análise do texto, com receio de haver alguma uma “pegadinha” nas entrelinhas das propostas, sobretudo depois que Bolsonaro twitou que “Não houve qualquer negociação em cima dos 30 bilhões” das emendas parlamentares.

A sessão foi suspensa e até o fechamento deste texto ainda não havia resultado da votação. Para

derrubar o veto, são necessários 257 votos de deputados e 41 dos senadores. A probabilidade é que o Senado mantenha o veto de Bolsonaro. O grupo intitulado “Muda Senado” que reúne 22 senadores de vários partidos, além da bancada do PSDB, que reúne sete senadores, decidiu apoiar a manutenção dos vetos presidenciais. A maior resistência estava entre os deputados.

Mais uma vez faltou articulação política e sobrou autoritarismo no Planalto.